

A problemática do uso do espaço público urbano na cidade de Nampula: mobilidade urbana e comércio informal

Cândido Edmundo Alberto Comissário¹

Candua1996@gmail.com

Resumo

O espaço público urbano é o lugar onde se manifesta a vida e a animação urbana. É onde se desencadeia o encontro das pessoas que fazem parte do quotidiano da cidade (Matos, 2010). Este espaço é marcado por três categorias de actividade, a saber: as necessárias, as opcionais e as resultantes. As últimas são contextuais, pois, resultam de contextos sociais decorrentes no e do espaço da cidade. Por isso, são menos exercidas de forma plena como influência opcional. As necessidades do quotidiano são de resto uma socialização forçada do que necessariamente uma vontade ou desejo do cidadão como derivadas das características físicas e sociais do mesmo que se misturam aos sentidos da percepção humana. Este cenário reduz as oportunidades de socialização (de ordem opcional e aumenta as socializações de ordem necessária) e de manifestação de uma vida urbana de interesse colectivo, visto que os espaços destinados a estes efeitos, para além de não serem expandidos, tendem cada vez mais a serem territorializados pela conjuntura socioeconómica e política. Este cenário se regista, também, na cidade de Nampula. Este trabalho tem vista discutir a realidade dos processos de uso dos espaços públicos no centro urbano da cidade de Nampula. O estudo parte de uma análise do espaço público urbano da cidade de Nampula destinado a mobilidade urbana ocupados pelos vendedores informais. O estudo inspira-se ao cenário da Av. Do Trabalho no troço, cruzamento da do Waresta (conhecido como na Clinica) até à Padaria Nampula que seguiram por uma lógica indutiva aos restantes pontos da cidade de Nampula, onde se verificam ou com potencial de ocupação de espaços públicos urbanos que, no caso específico deste estudo, são agrupados e caracterizados de duas formas específicas: espaços de permanência e de circuito (espaços de mobilidade). Defende-se a ideia de que os espaços destinados a estes efeitos, para além de não serem expandidos, tendem cada vez mais a serem territorializados pela conjuntura socioeconómica e política da cidade de Nampula, por um lado, pela premissa do subdesenvolvimento (crescer na informalidade) e por outro lado pela estratégia de manutenção de poder no jogo das maiorias, *a democracia da desordem social*, ou simplesmente *lassez-faire*.

Palavras-chave: espaço público, cidade de Nampula, espaço urbano, mobilidade urbana, comércio informal.

Introdução

A história urbana da cidade de Nampula demonstra que ela teve sua construção sem projecções para grandes demandas populacionais como se tem verificado nos últimos tempos. Ela é como as demais principais cidades moçambicanas, uma herança colonial portuguesa. Esta não teve o seu devido acompanhamento. Por um lado, deveu-se a falta de capacidade

¹ Licenciando em Ensino de Geografia com habilitação em Turismo, no Departamento de Geociências da Universidade Rovuma, Delegação de Nampula. 2020.

técnica e por outro lado, pela ingerência das euforias pós-colonialistas (com o advento da independência nacional de Moçambique a 25 de Junho de 1975). Estes factores contribuíram negativamente a estruturação dos espaços periféricos ao centro urbano, assim como os espaços públicos do próprio centro urbano. Esta conjuntura, até hoje (2019) tem reflexos sobre a vida urbana desta cidade.

Porem, desde a instituição da estrutura autárquica em 1998, a cidade de Nampula já teve respectivamente os seguintes presidentes de autarquia: Aurélio das Neves, Germano José Joaquim, Francisco Joaquim de Lima, Narciso João Iondela, Ishaca Abdul Ali Baraca, Dionísio Cherewa, Castro Namuaca, Mahamudo Amurane (Assassinado em 4 de Outubro de 2017, curiosamente é o dia da paz em Moçambique) e Paulo Vahanle.

É no período de governação dos três últimos edis que a questão da ocupação dos espaços públicos urbanos se torna mais evidente e interessante de ser analisada. Durante a governação de Castro Namuaca assiste-se a uma explosão de comerciantes na rua. Um cenário que se alastra até a governação de Mohamudo Amurane. Ele tenta, com sucesso, resolver a questão com a implementação de soluções como a construção de mercados formais e a alocação dos vendedores a estes mercados e outros já existentes por via de um processo de cadastro dos mesmos. Com o seu assassinato em finais de 2017, eis que o cenário volta mais intenso desde finais de 2018 até meados de 2019 com o então presidente do Conselho Autárquico da Cidade de Nampula, Paulo Vahanle. Este cenário mostra-se preocupante. Em termos gerais na história das cidades moçambicanas, tal questão nunca fora resolvida sem o recurso a violência por parte das autoridades municipais.

Nesse contexto, partindo-se do pressuposto de que a utilização do espaço público urbano compreende a três categorias de actividade: as necessárias (questões laborais e de ordem fisiológicas); as opcionais (as questões de lazer e recreação) e as resultantes (resultam no geral das duas categorias anteriores e são as ditas actividades sociais ou de socialização), é de capital importância que se compreenda a sua base estrutural e funcional para possibilitar a aplicação de soluções menos violentas e mais sustentáveis, em cenários de existência de ocupação ou apropriação ou mesmo em locais com potencial de ocorrência desses processos, principalmente em espaços de mobilidade urbana. Um facto interessante na análise do espaço público no geral e da cidade de Nampula em particular, é que há sempre uma necessidade de se tratar do seu deslocamento. Apesar de esta não ser seguramente a única forma de se ter contacto com as pessoas, é sem dúvidas uma das mais significativas considerando-se as

características socioespaciais, culturais, económicas e até mesmo políticas associada ao uso do espaço urbano, principalmente dentro de seu perímetro central.

Qualquer uma das actividades referentes ao espaço público urbano está intimamente ligada com a experiência do caminhar, ou num senso mais abrangente, de deslocamento ou de mobilidade no espaço urbano.

Isso deve-se ao facto de que os espaços públicos constituem-se em elementos estruturantes da vida urbana. Desempenham uma função (re)produtiva de interesse colectivo pelo tipo de serviços que prestam. Estimulam o desenvolvimento urbano na medida em que ao contribuírem para a valorização da qualidade de vida e vivência urbana, reforçam a atracção e a fixação de recursos humanos qualificados, para além de terem uma função de estruturação e de coesão do espaço urbano e firmação de acções colectivas para a melhoria de condições de vida no meio urbano e no país de um modo mais genérico.

Nesse contexto, numa visão de interesse público, os espaços urbanos constituem-se em elementos de desenho urbano decisivos para a (re)produção do espaço da cidade na medida em que este se mostra como o palco da vida e manifestação urbana e onde se processa grande parte da socialização de seus utentes (Matos, 2010). Por via disso, o espaço público acaba tendo suas características e funcionalidades notórias. Os utentes tendem a consolidar as suas necessidades aos seus desejos à sua segurança nesses espaços. Nisto, o espaço público tem as suas características distintas em dois grupos: físicas e sociais. É nesse contexto que se propõe discutir em torno da problemática do uso do espaço público urbano na cidade de Nampula.

O objectivo da pesquisa passa por descrever a realidade dos processos de uso dos espaços públicos no centro urbano da cidade de Nampula. Por outra, temos por meta compreender as influencias de suas características físicas e sociais sobre as manifestações da vida urbana de seus utentes com influencias significativas sobre o seu processo de (re)construção, olhando-se claramente as gravuras socioespaciais cravadas pala sociedade urbana de Nampula com influencia na sua gestão pelas autoridades competentes ao efeito.

O objecto de estudo desta pesquisa é o espaço público urbano da cidade de Nampula destinado a mobilidade urbana ocupados pelos vendedores informais. Contudo, importa ainda referir que as análises e interpretações de dados são inspiradas ao cenário da Av. Do Trabalho

no troço, cruzamento do Waresta (conhecido como na Clinica) até a padaria Nampula que seguiram por uma lógica indutiva aos restantes pontos da cidade de Nampula onde se verificam ou com potencial de ocupação de espaços públicos urbanos que no caso específico deste estudo são agrupados e caracterizados de duas formas específicas: espaços de permanência e de circuito (espaços de mobilidade). Como resultado final, propõe-se um modelo esquematizado de variação do padrão de ocupação do espaço público na cidade de Nampula baseado no perfil longitudinal de ocupação da Av. Do Trabalho no trecho Gorongosa-padaria Nampula no ano de 2019.

Características e funções do espaço público e a vida urbana

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais, há acumulação de capital e a reprodução social tem importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam actividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana que se caracteriza por seus processos espaciais devido a sua utilidade na conexão da quadrícula acção humana-tempo-espaço-mudança (Corrêa, 1995). Este processo assente a realidade funcional da cidade de Nampula, espelha que a sua economia informal mistura-se a sua economia formal a meio a um processo de coesão, processo este que em Corrêa (1995) pode ser definido como aquele movimento que leva as actividades a se localizarem juntas, é sinónimo de economias externas de aglomeração. A coesão ou magnetismo funcional é verificado em relação as actividades que caracterizam-se seguindo a seguinte lógica:

- Apesar de não manterem relações entre si, como as lojas varejistas de mesma linha de produtos, que formam um conjunto funcional que criam monopólio espacial, atraindo consumidores;
- Mesmo sendo de natureza distinta, estão localizadas juntas umas das outras, formando um conjunto coeso que pode induzir o consumidor a comprar outros bens que não faziam parte de seus propósitos;
- São complementares entre si, como se exemplifica com as associações funcionais entre fabricação, atacado de confecções, companhias de seguros, bancos, sede de empresas industriais com ligações entre si tanto à montante como à jusante;

- Juntas criam economias de escala. Exemplo: pequenas indústrias que sozinhas não teriam escala suficiente para atraírem outras indústrias, empresas de transportes e serviços de reparação de máquina;
- Exigem contactos pessoais face a face. Neste caso, acessibilidade é fundamental.

A teoria do ‘Movimento Natural’ de Hillier (1984, 1988, 1993 et al., 1996) explora a relação entre os movimentos essencialmente pedonais e a configuração do espaço urbano, bem como entre fluxos pedonais e usos do solo. Temáticas como a acessibilidade e o carácter dos espaços urbanos são importantes: por exemplo, um fluxo pedonal num ambiente pouco amigável pode ser significativamente aumentado se o espaço se tornar mais amigável do ponto de vista pedonal (Hass-Klau et al., 1999; Gehl e Gemzöe, 2000). Gehl (1986) acrescenta que, em espaços públicos de qualidade reduzida, só ocorrem as actividades estritamente necessárias (ex. caminhar) (Serdoura e Silva, 2006, p. 7).

Os autores entendem ainda que, “o papel do espaço público, assim como a natureza e o conteúdo da interacção social que nele tem lugar varia com a classe, grupo étnico, idade, estruturas e tipo de especialização funcional do bairro onde se localiza” (Levitas, b1986 *apud* Serdoura e Silva, 2006, p. 7).

Por isso, as dimensões de um espaço público são importantes para a definição do próprio espaço. Elas podem influenciar a presença de pessoas, podem condicionar a realização de actividades e podem ser determinantes na relação que se estabelece com os edifícios. As ruas são espaços tendencialmente "dinâmicos" em que o sentido de circulação é superior ao de permanência, por sua vez, as praças e largos são espaços mais estáticos e com um menor sentido de movimento. No entanto, a envolvente edificada dos espaços públicos urbanos tem uma importância primordial na sua definição. Dela depende a configuração volumétrica dos espaços, uma vez que, nas concepções arquitectónicas numa rua pode ser observada a mesma relação de dimensões relativas, mas com proporções diferentes (Santos, 2008).

A dificuldade de relacionamento existente entre níveis diferentes associa-se também às limitações físicas das pessoas. É difícil mover-se ou olhar para cima ou para baixo, bem como conversar em sentido ascendente ou descendente. Mas isso, não significa que não se consiga fazer, mas tem que haver uma forte motivação para tal. Isso faz-nos assumir a ideia de que as dimensões dos espaços dão uma forte contribuição para o relacionamento das pessoas com a estrutura física do espaço. Isso é dado pela premissa de que a estrutura física e a divisão funcional e social do espaço podem abrir ou eliminar oportunidades para o desenvolvimento de certas actividades. Facto que em certa medida, se associado às oportunidades ambientais, podem ter efeitos similares, visto que, o comportamento humano é, portanto, intrinsecamente “situacional”, uma vez que, se enquadra nos contextos e configurações físicas, assim como nos sociais, culturais e perceptuais² (Santos, 2008).

Os espaços públicos correspondem, essencialmente, a duas tipologias espaciais genéricas: os locais de permanência e os circuitos. Os espaços de permanência definem-se como cenários de actividade e comportamento, isto é, como locais que estimulam acções e comportamentos espontâneos e a assistência ou participação nestes acontecimentos. Por exemplo, o simples passeio, o encontro com a natureza, descansar, brincar, jogar, o encontro com os amigos, o encontro com os outros, o "ver e ser visto". Já os circuitos definem-se como "percursos urbanos", por permitirem a mobilidade de pessoas e veículos. Podem ser, exclusivamente para peões (os percursos pedonais), mistos (para peões e veículos) ou exclusivamente para veículos, incluindo também espaços reservados ao estacionamento de veículos (Matos, 2010).

Por isso pode-se afirmar que, os espaços públicos constituem-se em elementos estruturantes da vida urbana. Desempenham uma função produtiva de interesse colectivo pelo tipo de serviços que prestam. Estimulam o desenvolvimento urbano, na medida em que ao

² Por exemplo, a actual condição da população pós construção das pontes e muro é lastimável, esta mostra ares de vulnerabilidade e sentimento de desagrado devido às implicações que esta tem tido até então na vida quotidiana. Os muros encontram-se esburacados e as pontes abandonadas, a rede metálica que fora usada para vedar o muro com vista a garantir segurança de não ultrapassagem, vandalizada, a população usa furos alternativos feitos por eles mesmos no muro do CDN para ultrapassagem devido a vários factores sendo que um deles se refere ao tipo de ponte que fora construída, ser muito comprida e demasiadamente larga, sendo que o tempo de ultrapassagem nesta varia de 5 a 7 minutos dependendo da idade. [...] Não só mas a mesma não tem luz, então dá pra imaginar nas noites o caos que se vive naquelas áreas, o pânico, a insegurança tem abrasado corações nestes locais, pois que assaltos e furtos têm sido recorrentes, tendo constatado na primeira pessoa, por ser usuária e vizinha da linha férrea. Durante o salto dos muros ocorrem acidentes desde ferimentos leves até aos mais graves (Revula, 2018, pp. 279-280).

As pessoas tendem a orientar-se a percursos mais curtos ao envés dos mais seguros, principalmente se o destino estiver a vista num contexto em que se desconhece a razão do obstáculo para si mesma. Por isso incorrem a certos riscos de mobilidade.

contribuírem para a valorização da qualidade de vida e vivência urbana, reforçam a atracção e fixação de recursos humanos qualificados, para além de terem uma função de estruturação e de coesão do espaço urbano (Matos, 2010). Nesse contexto, é de capital importância que se dê ênfase aos sentidos humanos na percepção do espaço para que se possa interpretar as formas de comunicação e a percepção humana das condições espaciais que influenciam o seu usufruto de modo mais significativo e global (Santos, 2008).

No entanto, não se deve perder de vista o facto de que tal percepção tem uma carga subjectiva, apesar do facto de que, estes estímulos sensoriais não são independentes. São geralmente entendidos e apreciados como um todo interligado, o que nos permite fazer uma apreciação global, ou específica, dos elementos que constituem os espaços. Isso deve-se ao facto de que, mais do que receber os estímulos dos sentidos, o processo perceptivo consiste, em atribuir significado e valor a esses estímulos (Santos, 2008).

A autora argumenta que a percepção do espaço varia de pessoa para pessoa. Está relacionada com a forma que cada pessoa tem de “ver o mundo”, sendo esta resultante de um processo social e culturalmente apreendido que, se altera com o tempo e com o desenvolvimento individual. Por outro lado, as sensações podem ser semelhantes para todos. A forma como os indivíduos filtram, reagem, organizam e valorizam essas sensações é que difere. Neste caso, a componente individualista da relação entre as pessoas e o espaço leva muitas vezes ao desenvolvimento de um sentimento de afectividade com o local. Este sentimento pode ser desenvolvido através da condição física do espaço, criando uma sensação de conforto, de protecção, ou de bem-estar; através da presença de elementos de recepção e difusão no meio social, ou cultural; através do valor histórico e simbólico, individual ou colectivo prestado ao mesmo.

Em Santos (2008) percebe-se ainda que a vida da cidade tem vindo a mudar ao longo do tempo, assim como as funções e o significado do espaço público. Por isso, seu entendimento não se deve mostrar estático.

Contextos do uso do espaço público na cidade de Nampula

Os espaços públicos distinguem-se dos demais espaços urbanos pelas cargas de funções e fins sociais que lhe estão associados. Representam um lugar de intercâmbio de

bens, serviços e de experiências de vida. O espaço público urbano constitui-se numa organização estrutural que serve de palco para as actividades sociais e que tem como base factores como a relação entre a forma e a configuração dos edifícios circundantes, a sua uniformidade ou variedade, as suas dimensões absolutas e proporções relativas, a convergência das ruas e a localização dos monumentos, fontes, ou outros elementos bi ou tridimensionais.

A cidade de Nampula, particularmente a este quesito, tem a particularidade de ser herdeira da arquitectura colonial portuguesa projectada ao atendimento de uma cidade logística e militar, com poucos habitantes, num contexto de um crescimento populacional urbano relativamente modesto, que ficou distorcido com os adventos da independência e da guerra civil que basicamente transportou as aldeias do meio rural para os centros urbanos a escala nacional (Araújo, 2005; Revula, 2018).

No entanto, nos dias que correm, há uma tendência crescente de apropriação do espaço público pelos comerciantes informais que passa a olho grosso das autoridades do Conselho Autárquico da cidade de Nampula, facto que reflecte uma certa passividade administrativa nas políticas de ordem social urbana que até certo ponto vão de acordo com a premissa de que “(...) o espaço³ tem capacidade para estimular tipos particulares de comportamentos” Heitor, 1996 *apud* Santos, 2008, P. 11).

Esta é uma realidade tomada por objecto de análise geográfica partindo-se do princípio de que as características físicas do espaço exterior público influenciam a sua leitura, a forma como o sentimos e vivemos, assim como não se deve desconsiderar o facto de que o ordenamento dos espaços públicos, sobretudo os de lazer, é actualmente um dos aspectos vitais para a revitalização e a qualidade de vida no meio urbano que perfazem os seus sistemas de acção e de objectos (Santos, 2008; Matos, 2010).

Neste caso, pode-se entender a problemática dos espaços públicos urbano da cidade de Nampula, como resultada de uma transformação das práticas urbanas e dos usos e estatutos dos diversos espaços. A distinção entre público/privado, exterior/interior, colectivo/individual, é reajustada pela desagregação social e funcional dos bairros, pelo

³ Nesse contexto o espaço é tido como, um construto resultante das acções humanas sobre os objectos enquanto sistemas integrados.

aparecimento de novas centralidades⁴, pelas novas sociabilidades, pela necessidade de transportes e deslocamentos rápidos, de novas formas de comunicação, pela concessão de vários tipos de obras e serviços públicos, pela utilização com tendências quase generalizada do automóvel e de motorizadas.

Ao analisarem as alterações do espaço nas áreas verdes da cidade de Nampula em função do comércio, Muacuveia e Ferreira (2017, p. 210), referem que, seus “resultados indicam que as áreas verdes da cidade, transformaram-se em locais de prática de comércio formal realizado em bancas e barracas fixas sujeita ao pagamento de impostos e o informal praticado pelos vendedores ambulantes de bancas móveis que se evadem dos impostos”. Significando que existem nesses espaços territórios fixos e territórios em movimentos.

Este facto reforça os dados das observações do autor (o pesquisador) de que os espaços públicos da cidade de Nampula passam, basicamente, por uma lógica funcional do que necessariamente estrutural. Resultam dinamicamente de um processo de aumento de fluxo devido ao surgimento de novas centralidades, resultantes, de novas conjunturas sociais reajustadas às novas tendências económicas e socioespaciais que tem por consequência, novas formas de sociabilidade e de mobilidade que se caracterizam pela redução das necessidades colectivas à satisfação das necessidades individuais de diversa ordem e níveis de acordo com o *status* que cada individuo toma ao se fazer ao espaço público urbano.

Nesse contexto, pode-se propor a ideia de que “o aumento da mobilidade e a diversidade de contactos abertos aos indivíduos permite-lhes, não só, desmultiplicarem-se por diversos papéis e identidades, mas também pertencerem a diversas redes fragmentadas por diversos lugares afastados” (Salgueiro, 1998, p.228, *apud* Matos, 2010, p. 19). Isso deve-se, em parte, do facto de que “as novas e crescentes necessidades da população urbana, associadas a mutações de ordem demográfica e a novas exigências geracionais, repercute-se, na utilização e em novas procuras dos espaços públicos” (Matos, 2010, p. 20).

Por isso deve-se atentar a estrutura da forma dos espaços urbanos que, segundo Santos (2008), pode ser entendida de duas perspectivas diferentes: A primeira refere-se à forma definida pela configuração da planta - *onde representa-se a relação entre as dimensões que definem o plano do solo do espaço que remete-nos a observação de uma fotografia aérea do*

⁴ A centralidade a que se refere resulta de fluxos resultantes de um movimento local de circuito menor analisado de forma microeconómica e não necessariamente macroeconómica entendendo-se a centralidade no seu sentido restrito, como seria da dimensão real do centro urbano.

espaço, onde os elementos envolventes funcionam como marcação dos limites do espaço e onde a bidimensionalidade têm especial ênfase; por outro lado há que considerar igualmente a estrutura formal - a estrutura formal é basicamente a representação tridimensional de um espaço, ela é dada pela relação entre o espaço vazio e os elementos construídos que o definem ou caracterizam.

Nesse contexto, a localização dos edifícios e a relação entre eles influencia fortemente na leitura que se tem de cada espaço da cidade em resposta a tríplice relação espaços vazios-espaços construídos-relações socioeconómicas. Este facto é aplicável ao cenário da cidade de Nampula.

Metodologia

Segundo Aragão e Neta (2017, p. 33) “podemos definir Método como etapas dispostas ordenadamente para investigação da verdade, no estudo de uma ciência para atingir determinada finalidade, e Técnica como o modo de fazer de forma mais hábil, segura e perfeita alguma actividade, arte ou ofício”.

Para a materialização dos objectivos propostos ao tema *a problemática do uso dos espaços públicos urbanos na cidade de Nampula* recorreu-se a alguns procedimentos metodológicos que passamos a descrever nesta secção do artigo.

A base lógica desta pesquisa foi a fenomenologia, visto que a descrição que se teve como objectivo central esteve centrada a percepção e compreensão dos sujeitos de pesquisa, assim como do próprio autor, uma vez que este não aparece dissociado ao ambiente de pesquisa, mas nem por isso, a base central deixou de ser o objecto de estudo. Partindo-se da fenomenologia percebe-se basicamente que o Ser Humano vê o mundo e seus fenómenos de acordo com sua cultura, meio ambiente, formação educacional, estado emocional, entre outros factores que perfazem o seu entorno e seu interior. Nesse contexto, o espaço geográfico configura-se, de acordo com a visão dos sentimentos humanos, sendo, portanto, o retrato das culturas que vão se sucedendo e deixando sua marca indelével, que dará a identidade específica de cada grupo que organizou determinado espaço.

Com isso, a observação assistemática justificou-se como técnica de colecta de dados que fora aplicada durante a realização da pesquisa.

A respeito desta técnica de colecta de dados Freitas e Prodanov (2013) referem que a observação assistemática, também denominada espontânea, informal, simples, livre, ocasional e acidental, consiste em recolher e registar os factos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas directas. É mais empregue em estudos exploratórios e não tem planeamento e controlo previamente elaborados. Sendo por isso, o seu êxito dependente da capacidade e níveis de atenção do observador aos fenómenos que ocorrem no mundo que o cerca, de sua perspicácia, seu discernimento, preparo e treino, além de ter uma atitude de prontidão.

Trata-se no entanto de uma pesquisa de índole qualitativo que passou por duas fazes: a primeira baseou-se na observação do meio por via de sistemas de informação geográfica, como foi o caso do Google Earth pro e alguns mapas digitais da cidade de Nampula, e uma observação directa dos diversos pontos da cidade de Nampula desde o período de 2016⁵ até ao mês de Agosto de 2019; a segunda consistiu na realização de um trabalho de campo em que o pesquisador procedeu a algumas entrevistas a vendedores e utentes dos espaços de mobilidade, a fim de aferir em torno das características socioeconómicas e a influência das características físicas do espaço publico sobre os modos de seu uso e ocupação dos espaços públicos urbanos da cidade de Nampula (que também constituíram-se em dados primários). Nesse âmbito um aspecto a destacar é a utilização de um roteiro de entrevista, visto que, ela se procedeu por via de conversas informais no que se denomina de entrevista não estruturada. A respeito desta, em Freitas e Prodanov, (2013) explica-se que esta entrevista realiza-se sob a forma de uma conversa informal com os diferentes atores, que neste caso, são do conjunto urbano que perfaz aos utentes do espaço público da cidade de Nampula. No processo, não existiu rigidez de roteiro; o pesquisador pode explorar mais amplamente algumas questões, sempre que se mostrava necessário, tendo mais liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direcção. Em geral, as perguntas foram abertas. A selecção dos entrevistados foi processada de forma aleatória em locais públicos (principalmente na rua), ao longo do perímetro Clinica-padaria Nampula.

As variáveis analisadas foram: características físicas e sociais do espaço público urbano; áreas de mobilidade urbana e áreas de permanência (áreas verdes, jardins, parques e praças, que no caso específico não são tratados muito a fundo como seria de verificar em

⁵ Período em que o pesquisador começa a residir na cidade de Nampula, suas vivencias contaram como dados primários e definição de estado base de algumas áreas de estudo, como são os casos da Gorongosa e Cipal, Total entre outros pontos.

Muacuveia e Ferreira (2017)⁶. As áreas de permanência são tidas como complementares do objecto de pesquisa e não necessariamente parte do objecto como tal). O conjunto destas variáveis permitiu com que se analisasse as formas de uso e ocupação dos espaços públicos urbanos da cidade de Nampula. As questões de ordem legislativa não são tratadas nesta pesquisa de forma aprofunda, apenas trata-se de aspectos das vivências da sociedade urbana da cidade de Nampula conjugada à contextos políticos e socioeconómicos que definem as formas de uso e ocupação do espaço público, estrutural e funcionalmente.

O objecto de estudo desta pesquisa é o espaço público urbano da cidade de Nampula destinado a mobilidade urbana ocupados pelos vendedores informais. Contudo, importa ainda referir que as análises e interpretações de dados são inspiradas ao cenário da Av. Do Trabalho no troço, cruzamento da do Waresta (conhecido como “na Clinica”) até a padaria Nampula que, seguiram por uma lógica indutiva aos restantes pontos da cidade de Nampula onde se verificam, ou com potencial de ocupação de espaços públicos urbanos que, no caso específico deste estudo, são agrupados e caracterizados de duas formas específicas: espaços de permanência e de circuito (espaços de mobilidade).

Como resultado final, propõe-se um modelo esquematizado da variação do padrão de ocupação do espaço público na cidade de Nampula baseado no perfil longitudinal de ocupação na Av. Do Trabalho no trecho Gorongosa-Padaria Nampula no ano de 2019, partindo de uma análise baseada em observações iniciadas a partir de Março de 2016 até Agosto de 2019. Objectiva-se que o recorte espacial facilite as análises e a leitura subsequente dos resultados desta pesquisa por parte dos (indivíduos) leitores do mesmo, principalmente ao concernente aos procedimentos metodológicos e o método de abordagem.

Características da área de estudo

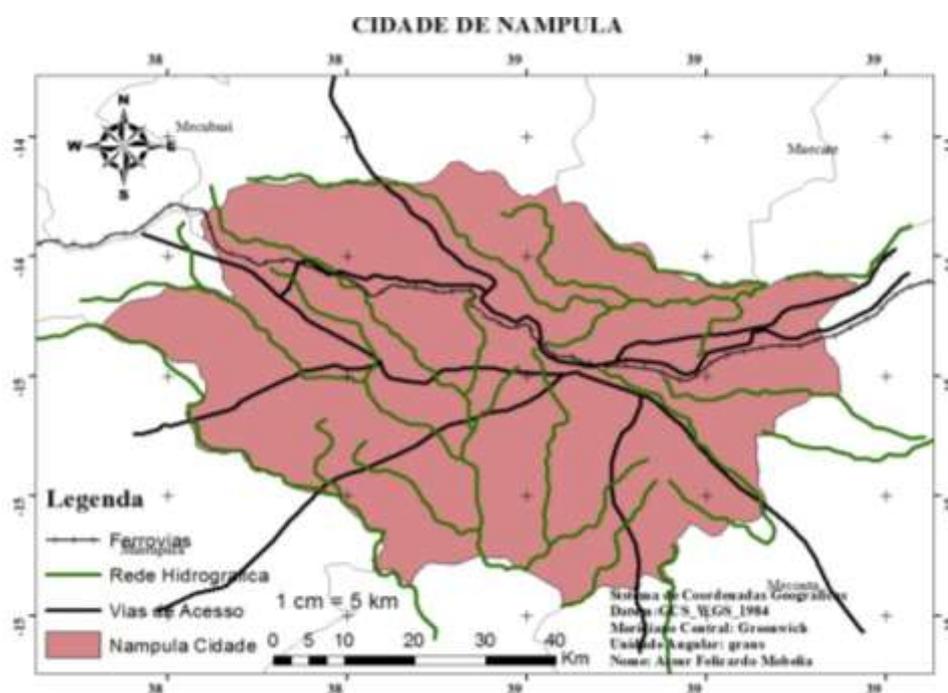
A cidade de Nampula tem uma área de cerca de 404 km² e uma população de cerca de 663 212 habitantes (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2019) e localiza-se na região norte de Moçambique, na província de Nampula. Ela goza do estatuto de capital provincial e referência regional norte de Moçambique, visto que, esta é de categoria centro regional. Em 2007 a população desta cidade era de cerca de 477 900 habitantes, tendo-se verificado em 2017 uma população de cerca de 663 212 habitantes, implicando, certamente um aumento em

⁶ Vide: A reprodução do espaço nas áreas verdes urbanas na cidade de Nampula, Moçambique.

cerca de 185 312 habitantes, o que equivale a 38.8% (INE, 207; 2019). Este cenário proporciona igualmente uma maior pressão sobre os serviços prestados no e pelo espaço público urbano da cidade de Nampula.

A cidade de Nampula localiza-se entre 15° 01'35'' e 15° 13'15'' de Latitude Sul e 39° 10'00'' e 39° 23'28'' de Longitude Leste. Localiza-se na região norte da República de Moçambique no continente africano, sendo a capital da província de Nampula, com uma extensão de 24,5 km no sentido Leste-Oeste e 20,25 km no sentido Norte-Sul (Muacuveia e Ferreira, 2017) (Figura 1).

Figura 1. Mapa de localização da cidade de Nampula



Fonte: Mobeliua (2019)

Suas características socioeconómicas são marcadas por um leque de actividades principais como são os casos de transportes e comunicação, banca e seguros, comércio (formal e informal), agricultura urbana (produção de hortícolas), serviços (saúde, educação, logística etc.), turismo (principalmente empresarial e de eventos) e recreação.

Análise dos dados e discussão dos resultados

Variação da densidade e modelo de ocupação do espaço público da cidade de Nampula

A cidade de Nampula tem verificado eventos particularmente novos como a ocupação de espaços remanescentes por novos empreendimentos comerciais e o reajuste infra-estrutural de edifícios antigos com localizações privilegiadas para dar lugar a novos usos resultantes do aumento de fluxos pedonais em certos pontos da cidade, novas e aumento de demandas por produtos alimentares, vestuários, acessórios de viaturas entre outros. Isso trás consigo novas conjunturas socioeconómicas sobre o seu espaço público urbano, com particular destaque as áreas de maior concentração de fluxo pedonal e rodoviário simultâneo como são os casos das avenidas Eduardo Mondlane e 25 de Setembro, a Av. Do Trabalho, a área dos bombeiros, estação de Angoche, entre outros, motivados pela ocorrência cada vez maiores de novas centralidades funcionais urbanas. A seguir apresenta-se a ortofotocarta⁷ que representa o perfil longitudinal de ocupação na Av. Do Trabalho no trecho Gorongosa-Padaria Nampula categorizadas (figura 2).

Figura 2. Perfil longitudinal de ocupação na Av. Do Trabalho, no trecho Gorongosa-padaria Nampula



Fonte: Comissário, C. E. A. (2019)

⁷ A legenda dos pontos que são marcados nesta ortofotocarta coincidem com as do modelo de variação do padrão de ocupação do espaço público na cidade de Nampula, pois constitui-se na sua abstracção e sua legenda é correspondente. Mas pode-se adiantar que referem-se aos aglomerados comerciais informais que formam um sistema de coexistência e coesão com o comércio formal

Com isso, emergem naturalmente os *vendedores de rua*, ambulantes e fixos, os chamados informais, que surgem seguindo um certo padrão geral de origem e organização mais ou menos uniforme, que apesar de suas diferenças particularmente naturais, são comumente motivados pelo aumento de fluxo pedonal e automóvel ao longo das áreas de mobilidade urbana, sendo por isso, este, considerado o seu maior agente embrionário.

Deve-se destacar que actualmente há uma tendência cada vez mais forte de o centro urbano não ser necessariamente o principal agente motivador do fluxo, é cada vez mais comum, principalmente ao se tratar do comércio, a área central se transformar numa área de trânsito do que necessariamente num local de transacções ou de realização de trocas comerciais de cariz quotidiano cada vez mais significantes. Ao cargo de exemplo, pode-se dar nos casos da ligação Feira-Waresta e estação de Angoche-Waresta. Neste contexto, o espaço central da cidade de Nampula deixa de ser um espaço motivador e ganha um estatuto de espaço de puro trânsito com a intensificação destes contactos e a alocação de produtos comerciais que, ao longo de vários anos, viam-se exclusivos ao centro urbano como são os casos dos electrodomésticos, material de construção, produtos de primeira necessidade, serviços bancários entre outros.

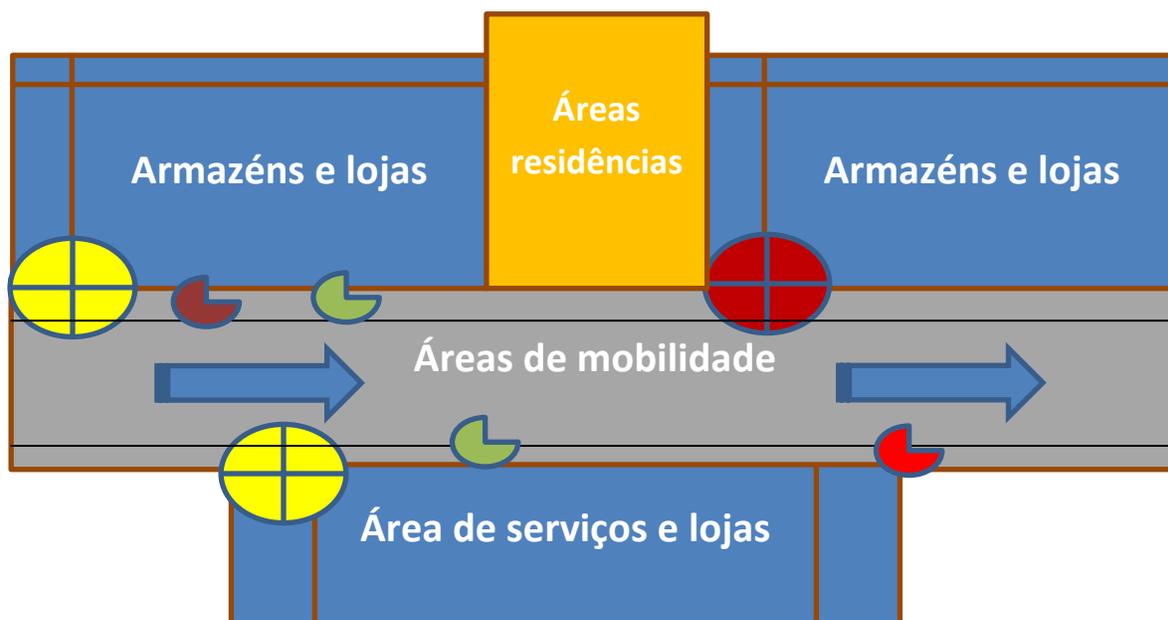
Importa referir que os produtos comercializados na rua são dispostos seguindo as características do cliente, ou seja, em função do perfil dos indivíduos que frequentam estas ruas, sendo por isso que, a variação desse perfil (dos potenciais clientes) implica numa variação de produtos e estratégias de comercialização nas ruas. Por exemplo, a maior aparição de clientes usando m-pesa⁸, fez com que maior parte dos vendedores aderissem ao sistema para garantir tal opção de pagamento; na Cipal, o aumento da procura por bata-reno fez surgir a venda destas batatas por quilogramas (kg), que foi de seguida acompanhado por alface e ovos em favos e avulsos para atender a um determinado seguimento de clientes, os estudantes, e isso estende-se até mesmo ao período (em termos de horário de actividades) de vendas.

Contudo, um facto importante a destacar com relação a tipologia dos produtos vendidos na rua, reside no facto de que os produtos podem ser classificados e agrupados em três classes distintas: produtos de primeira necessidade; produtos complementares e produtos de segunda opção (tem a ver com o preço e acessibilidade, o que tem dentro da loja, existe

⁸ É um electrónico sistema de transacções financeiras, muito utilizado em Moçambique.

fora no passeio ao mesmo preço ou mais barato pela negociabilidade ou por proximidade, as ruas tem essa vantagem com relação as lojas). Propõe-se a seguir, um modelo gráfico de sua estrutura e organização (figura 3).

Figura 3. Modelo de variação do padrão de ocupação do espaço público na cidade de Nampula



Fonte: Comissário, C. E. A. (2019)

LEGENDA

- Limites de estradas e ruas
- Limite dos passeios (peonagem)
- Descontinuidades primárias
- Descontinuidades secundárias
- Descontinuidade terciária
- Núcleos secundários
- Núcleos primários

No modelo são propostos termos como núcleos e descontinuidades que vão tomando categorias diferenciadas em função de seu nível de desenvolvimento e influencia que exercem sobre o seu entorno. Os núcleos são áreas com categorias centrais, ou seja, são de maior

concentração de vendedores e de fluxo pedonal⁹ que ocorrem de forma permanente e continua e as discontinuidades são núcleos incompletos tem sempre um elemento em falta, ou são de grande concentração de vendedores em locais de fluxo menor, ou são áreas de grande fluxo pedonal com menor concentração de vendedores com a particularidade de que ocorrem como núcleos perfeitos, mas de forma pendular, ou seja, sem uma permanência temporal duradoura. As discontinuidades são caracterizadas pela ocorrência isolada de pequenos grupos de vendedores ao longo das vias públicas, facto que é muito comum de se encontrar na cidade de Nampula.

Descrevendo-se o modelo que se propõe a variação de densidade de ocupação dos espaços públicos urbanos da cidade de Nampula, percebe-se que os núcleos primários são as áreas de maior concentração de movimento pedonal, geralmente surgem em cruzamentos ou entroncamentos em que há uma linha de conjuntos motivadores de fluxo, podendo ser terminais de chapas, paragens, área comercial ou de armazéns, entre outros. Estes têm a particularidade de ter um estatuto de mercado informal, ou mesmo apresentar dimensões e funcionalidades equivalentes ou aproximadas, geralmente tendem a crescer endogenamente (para o bloco residencial se tal se mostrar justificável pelo fluxo que motiva conjugadas a sua direcção e disponibilidade de espaço para tal que, nem sempre é importante), de contrário, apenas alongam-se seguindo o perfil longitudinal da estrada ou ruas correspondentes. Os núcleos secundários seguindo o mesmo mecanismo dos núcleos primários, com a particularidade de estes estarem ainda com fluxos e concentração de vendedores menores e em processo de construção, ou ainda pode resultar de uma discontinuidade com tendências a transformar-se em núcleo primário, se desenvolvem também motivados pelo aumento de fluxo pedonal e automóvel.

Os núcleos, assim como as discontinuidades não se desenvolvem fora de um ambiente de maior fluxo pedonal e/ou rodoviário, sua vitalidade é condicionada pela densidade de afluência, principalmente pedonal. As áreas de serviços, lojas e armazéns são agentes motivadores de fluxo, por isso, são potenciais geradores de núcleos de ocupação dos espaços públicos na cidade de Nampula.

Um aspecto interessante desse modelo reside no facto de que ele é aplicável e adaptável ao transporte urbano integrado da cidade de Nampula, o táxi-mota e de carro, ao surgirem junto

⁹ Estas duas componentes devem ocorrer simultaneamente, de contrário, perde-se tal estatuto.

das áreas de maior fluxo pedonal e junto as áreas comerciais, de serviços, de armazéns e de lojas de referência a nível da cidade de Nampula, ou que sejam suficientemente geradores de grandes fluxos pedonais e concentração de pessoas, assim como elevados volumes de venda ou mesmo a tipologia de produtos que estas lidam em suas vendas. Nesse contexto, é nestes pontos de convergência pedonal que surgem as chamadas *praças de táxi* que seria o então estágio mais avançado de seu desenvolvimento.

A funcionalidade do espaço público: da teoria à prática *nampulense*

Considerando-se os diferentes grupos de actividades desenvolvidas pelas pessoas no espaço público, por serem potencialmente geradoras de vida pública, são agrupadas em estritamente necessárias, opcionais e sociais (Serdoura e Silva, 2006).

As actividades necessárias representam aquelas que são mais ou menos obrigatórias e nas quais os envolvidos são, em maior ou menor grau, forçados a participar de forma permanente. Neste grupo estão incluídas tarefas diárias como ir ao trabalho, às compras, a escola, a faculdade, etc.. Estão também englobadas a grande maioria das actividades relacionadas com o andar a pé e deslocar-se de um local para outro. E as opcionais seriam no entanto, aquelas em que se participa no caso de se desejar fazê-lo e isso implica que todas as condições para o fazer estejam reunidas. Nesta categoria incluem-se actividades recreativas que são particularmente agradáveis de levar a cabo ao ar livre. E por fim tem-se que as actividades sociais são todas as actividades que dependem da presença de outras pessoas nos espaços públicos, que poderiam de certo modo ser consideradas como sendo actividades resultantes (Santos, 2008).

Partindo-se desse pressuposto, percebe-se que a realidade prática da cidade de Nampula demonstra que o espaço público não é atraente para o exercício de actividades opcionais e sociais. Este apenas responde as necessidades de sair de casa e ir as compras, ao trabalho, a escola, a faculdade, ao hospital entre outros e não necessariamente ao simples gosto de sair a rua para conversar. As ruas não estão equipadas para tal, e os poucos locais que estão equipados, o seu entorno é desconfortável, os parques existem em número reduzido e dispõem-se de modo concêntrico, correr se torna um risco ao utente (praticante) do que propriamente uma busca por

um estilo de vida saudável, visto que, as bermas da estrada foram erguidas bancas e nos passeios se instalam mais novos territórios¹⁰, pessoas vendendo diversos produtos.

De um modo geral o espaço público urbano, sobretudo o de circuito é repulsivo às crianças e idosos (que é por sinal a camada social mais vulnerável) e não é apropriado para pessoas portadoras de deficiências, principalmente motoras. As crianças só ocorrem em dias festivos e comemorativos andando em bandos vindos da periferia. Em dias normais, diferentes destes, os passeios ficam tomados de mercadorias que elas não devem tropeçar, ao mesmo tempo que não devem estar junto a estrada, afinal elas podem se distrair facilmente e por via disso, serem atropeladas por um motorista “qualquer”.

Diante dessa conjuntura, a função social fica fragilizada ao seu exercício por todos os utentes, como pelo menos acredita-se que se tenha previsto com o alcance da independência nacional de Moçambique a 25 de Junho de 1975, uma vez que, ela é consequente de uma interacção que o espaço urbano da cidade de Nampula não permite que tal ocorra pelas suas características estruturais e funcionais atuais.

Um facto interessante a se destacar é que existe um modelo de gestão de espaços por parte dos vendedores que seguem a modelos padrões que se assentam a princípios tradicionais aplicados em gestão de terras no meio rural, onde geralmente, quem define os parâmetros de uso e divisão do espaço é o individuo mais antigo da praça. Este recebe e define as regras que devem ser seguidas nesta praça com base a uma certa supersticiosidade. Por exemplo, questionando-se um vendedor da Cipal **sobre como obteve o espaço** ele disse: *falei com o chefe, ele me deu esse espaço. Aqui cada um tem direito a seis (6) filas, mas outros aqui tem mais espaço porque tem*

¹⁰ Isso deve-se ao facto de que ouve e há até hoje, um processo gradual de formação de uma consciência de que os passeios e outros locais públicos são terras de ninguém, o que é oposto da terra de todos. Por isso, a sua utilização é feita mediante a criatividade de cada individuo, cabendo apenas as autoridades urbanas a fiscalização das actividades decorrentes nestes espaços que, geralmente é sinónimo da cobrança dos impostos e taxas diárias, as famosas “senhas”. Em termos práticos, esta atitude das autoridades municipais, acaba legitimando estes espaços a estas actividades e concedendo-as privacidade, que com o passar do tempo se tornam maiores e com estruturas e funcionalidades próprias e sem interesse colectivo. Isso é o que o autor (pesquisador) considera de territorialização, visto que para o colectivo urbano, o espaço público perde o estatuto de lugar de todos, deixando por isso de ser tomado pelo dever de defesa por todos habitantes, mas sim a uma individualidade privada (geralmente são vendedores de rua).

No entanto, as experiencias nacionais sobre as tentativas de reversão desses efeitos, geralmente saem caras e são recebidas com muita violência, exigindo, as vezes em proporcionalidades brutas outras respostas mais violentas ainda, afinal, território é poder e em África este não se dá, toma-se pelo exercício da força. Assim reza a história do poder africano.

muito dinheiro e você não pode-lhes mexer. A figura do chefe que o vendedor faz menção não é necessariamente a mesma que aparece nas estruturas administrativas autárquicas referentes ao mercado da cavalaria que esta área é acoplada em termos de referências administrativas autárquicas. As seis (6) filas referidas, é uma unidade de medida definida como padrão pelos vendedores e é equivalente a um espaço de aproximadamente 1.5 metros de comprimento. No entanto, a referência ao dinheiro e a disponibilidade de espaço maior tem cargas místicas, ou seja, os intervenientes da organização do espaço não só tem uma pujança financeira como também possuem uma pujança mágica muito forte, é como se estivesse a se afirmar que alguns são feiticeiros, por isso não devem ser mexidos. No comércio informal, é comum que essa conjugação exista, principalmente a se tratar Moçambique e os países africanos no geral.

Por outro lado, um outro vendedor responde a mesma questão dizendo que: *eu vendia lá dentro, vim aqui nesse espaço e comecei a pendurar roupa, as pessoas viam e compravam.* Este vendedor não faz menção a figura do chefe por ser muito mais antigo e pioneiro em sua actividade neste local, pois o primeiro vende cebolas, quiabo, e tomate (coisas que ele encontrara pessoas a vender a um certo tempo) e o segundo vende roupa (produto que ele fora pioneiro na venda naquele local), facto que não conferiu ameaça “a chefia”, muito pelo contrário, “ele é a chefia”.

O que há de comum entre os vendedores é que a forma de uso e ocupação do espaço que lhes é cedido depende da criatividade de cada um em organizar o seu espaço. No entanto, existe uma grande disparidade em termos de espaços ocupados por cada vendedor que são associadas a capacidade financeira e superstições criadas entre os vendedores que perfaz-se num contexto de relações conflituosas na disputa pelos clientes e lutas de classes que fica evidentemente marcada não só pela disponibilidade de espaço, como também dos modos de competição que se desenvolvem em função do tipo de produto que são vendidos, o que faz existir um sistema de relacionamento por secção (Roupa, Sapato, Verduras, Tomate, etc.) que em última instância são agrupados a um sistema único de maior representatividade “legal”, o mercado mais próximo.

A existência de modelos de gestão de espaço baseados em parte, em superstições, é na verdade um mecanismo de defesa do mercado, é uma forma de limitar a entrada de novos concorrentes nas praças. Mas que também, em ultima instância possibilita uma maior

organização e gestão do espaço ocupado pelos comerciantes informais. Afinal, sempre vai ser necessário existir uma autoridade para colocar as coisas no lugar.

Os vendedores de maior ocorrência no comércio informal da cidade de Nampula desenvolvido no espaço público de mobilidade e de permanência são na sua maioria do sexo masculino. As mulheres e crianças aparecem vendendo guloseimas, comida pronta e verduras como couve, alface e espinafre (em língua émacua, ényewe). Trata-se de uma população maioritariamente jovem, que desistiram dos estudos ou que terminaram e não conseguiram um emprego formal. Ou mesmo jovens que se casaram cedo, ou não frequentaram, ou desistiram da escola. Os poucos que ainda frequentam a escola, afirmam ter dificuldades de conciliar as duas tarefas, sem que no entanto, lhes ocorra a ideia de desistência de nenhum dos lados.

O facto é que os espaços públicos urbanos da cidade de Nampula se transformaram em palcos de negócios que definem os níveis e tipos de socialização que perfazem o retrato de uma cidade de Nampula reduzida a uma questão de subdesenvolvimento e de subemprego, do que necessariamente a uma questão de modelo administrativo passivo que vive o dilema de falta de emprego e estratégias de sua promoção, e aplicação de leis de postura urbana que em última instância aparecem como vantagens comparativas se ignoradas pelas autoridades autárquicas.

Considerações finais

A referência ao espaço público urbano da cidade de Nampula é equivalente ao lugar onde se manifesta a vida e a animação urbana; ao lugar onde se desencadeia o encontro das pessoas que fazem parte do quotidiano da cidade sem restrições.

Um facto interessante na análise do espaço público no geral e da cidade de Nampula em particular, é que há sempre uma necessidade de se tratar do seu deslocamento, apesar de esta não ser seguramente a única forma de se ter contacto com as pessoas, mas é seguramente uma das mais significativas. Qualquer uma das actividades ligadas ao uso e ocupação destes espaços se mostra vinculada a experiencia do caminhar, ou num senso mais abrangente, de deslocamento ou de mobilidade condicionadas as suas características físicas e sociais que se descrevem pela relação de inversa proporcionalidade entre o espaço para a mobilidade e espaço para a fixação de

vendedores e estabelecimentos comerciais informais, num contexto de crescimento acelerado do parque automóvel colectivo e individual como condição de mobilidade de uma cidade em franco e acelerado crescimento populacional em que, vive-se igualmente o advento da expansão urbana “ordenada”.

Este cenário reduz as oportunidades de socialização por opcionalidade e acrescenta a socialização por necessidades, acarretando a manifestação de uma vida urbana de interesse colectivo, visto que, os espaços destinados a estes efeitos (de socialização opcional), criam formas particulares de socialização baseadas em relações económicas que para além de não serem expandidos, tendem cada vez mais a serem territorializados pela conjuntura socioeconómica e política da cidade de Nampula. Por um lado pela premissa do subdesenvolvimento (crescer na informalidade) e por outro lado, pela estratégia de manutenção de poder num jogo das maiorias absolutas, *a democracia da desordem social*, num contexto em que se toma a posição de neutralidade relativa, visto que, tais cenários não destituem governos, muito pelo contrário, garantem sua manutenção de forma mais segura, pois “confere liberdade ao seu eleitorado”, que na verdade, é uma ilusão de exercício democrático pelo uso livre do espaço.

Ao se propor o modelo de variação de densidade de ocupação do espaço público urbano da cidade de Nampula, tem-se uma abstracção do processo de ocupação em termos estruturais e funcionais, visto que, fica evidente a sua mecânica e funcionalidade, possibilitando-se assim, uma reflexão mais profunda e uma esquematização em torno dos ditames do uso do espaço público urbano da cidade de Nampula que pode ser adaptado a outros círculos territoriais de economias de base informal, facto característico dos países em via de desenvolvimento como é o caso da maioria dos países africanos, da SADC e de Moçambique particularmente.

No entanto, não se deve desconsiderar o facto de que os espaços públicos urbanos da cidade de Nampula tomados pelas actividades comerciais informais possuem seus próprios mecanismos de produção e de reprodução que se desenvolvem de forma independente, ao aparecerem como estruturas internas bem definidas com uma funcionalidade cada vez maior a nível político e administrativo, assim como no seio da população no geral, pelos empregos e auto-empregos que geram; pelas facilidades de acesso e baixos preços que proporcionam, sem contar o facto de que estes aparecem como elementos constituintes de um sistema económico

coeso e de cada vez maior relevo socioeconómico e político que estes tendem a representar com maior vivacidade nos últimos dois (2) anos (2017 e 2018) com extensão ao ano de 2019.

Por isso, segue-se aqui a lógica de que, quanto mais forem a se desenvolver (os espaços de mobilidade apropriados ao comércio informal), as acções de reestruturação, requalificação e realocação destes espaços as suas estruturas e funções naturais ou originais numa perspectiva urbanística e de reordenamento territorial. Eles se mostraram mais resistentes a tais acções e estas se mostraram mais legítimas a resistirem devido a sua longevidade (visto que sua importância, geralmente se dá pelo tempo de permanência que vai gerar hábito e consequente aumento de fluxo e funcionalidade prática) e quantidades de elementos postos em crise (investimentos, fonte de renda familiar, clientes, empreendimentos, etc.).

Os resultados do estudo demonstram que os espaços públicos urbanos da cidade de Nampula se transformaram em palcos de negócios que definem os níveis e tipos de socialização que perfazem o retrato de uma cidade de Nampula reduzida a uma questão de subdesenvolvimento e de subemprego, do que, necessariamente, a uma questão de modelo administrativo passivo que vive o dilema de falta de emprego e estratégias de criação e promoção de novos empregos, assim como a aplicação de leis de postura urbana que, em última instância, aparecem como vantagens políticas se ignoradas pelas autoridades autárquicas.

Referências bibliográficas

ARAGÃO, José W. Marinho de & NETA, Maria A. H. M. (2017). *Metodologia Científica*. [recurso electrónico]. UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância. Salvador;

CORRÊA, Roberto Lobato. (1995). *O Espaço Urbano*. Resumo do livro *O Espaço Urbano*, de Roberto Lobato Corrêa. Editora Ática, Série Princípios, 3nd ed., n° 174, 1995. p.1-16;

INE. (2007). *Resultados definitivos do censo 2007*.

INE. (2019). *Resultados definitivos do Censo 2017: IV Recenseamento geral da população e habitação*. Maputo;

MATOS, Fátima Loureiro de. (2010). *Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades: o caso da Cidade Porto*. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, 2(4), 16;

MUACUVEIA, R. R. Moreno & FERREIRA, William R. (2017). *A reprodução do espaço nas áreas verdes urbanas na cidade de Nampula, Moçambique*. Baru, 2(3), 15. DOI 10.18224/baru.v3i2.5852.

PRODANOV, Cleber Cristiano & FREITAS, Ernani Cesar de. (2013). *Metodologia do trabalho científico* [recurso eletrônico]. 2nd ed. Novo Hamburgo, Feevale.

REVULA, Palmira Albertino. (2018). *O muro caiu mas o CDN não desistiu: uma análise crítica sobre a mobilidade urbana*. In Revista de investigação em educação, comunicação e desenvolvimento. Actas das VIII Jornadas Científicas. Universidade Católica de Moçambique. Faculdade de Educação e Comunicação. Nampula, 4, 13.

SANTOS, F. C. Antunes dos. (2008). *Características físicas e sociais do espaço público: Nove casos de estudo sobre as vivências urbanas no centro histórico de Lisboa* (Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura). Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

SERDOURA, Francisco M. & SILVA, F. Nunes da. (2006). *Espaço Público. Lugar de Vida Urbana*. Engenharia Civil. UM.

SERDOURA, Francisco M. (2006). *Espaço Público, Vida Pública: o caso do Parque das Nações* (Dissertação para obtenção do Grau de Doutor). Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico. Lisboa.